

Análise do Banco de Dados dos Membros Brasileiros do GCF

Relatório da Tarefa 3
Luis Meneses Filho
Versão 2.0
13 de Outubro de 2010

Resumo

Introdução.....	2
I. Perfil dos membros brasileiros do GCF.....	2
II. Serviço Ambiental.....	4
1. Monitoramento da Dinâmica do Desmatamento	4
2. Monitoramento da dinâmica da degradação florestal.....	5
3. Quantificação dos Estoques de Carbono Florestal	6
4. Definição de Linha de Base e metas de redução de emissões	6
III. Mecanismos de Implantação de REDD	6
5. Políticas estruturais vigentes para a redução do desmatamento	6
6. Conceito da Estratégia de REDD	7
7. População-alvo e Reconhecimento de Direitos.....	8
8. Mecanismos de Participação e Transparência	8
9. Mecanismos de Partilha de Benefícios	8
10. Quadro Institucional e Arranjos para o Programa de REDD.....	9
11. Administração da Regularização Fundiária/Florestal e Relação com REDD.....	9
12. Sistemas de Monitoramento, Informação e Verificação (MRV) de REDD.....	10
13. Projetos de REDD.....	11
14. Relação com o Governo Nacional.....	11
IV. Financiamento para REDD	11
Estratégias de Financiamento para Programas de REDD	11
V. Necessidades Identificadas para Melhoria dos programas de REDD.....	11
Necessidades coletivas identificadas pelos membros.....	14
Anexo – Projetos de REDD no Amazonas, Mato Grosso e Pará.....	16

Introdução

O objetivo do banco de dados é *criar um banco de dados de conhecimento do GCF que irá incluir as ações de REDD em curso (programas, projetos, políticas) dos estados e províncias membros e outras necessidades institucionais, técnicas, financeiras e jurídicas para identificar possíveis nichos de cooperação entre os membros do GCF, bem como necessidades coletivas que poderiam ser abordadas pelo GCF como um benefício comum a todos; e, ainda, fornecer informações para elaboração de materiais de comunicação e propostas de captação de recursos.*

O modelo do banco de dados foi elaborado pelo Grupo de Tarefa 3 (composto por Ilarius Wibisono (Aceh), Noak Kapissa (Papua), Natalie Unterstell (Amazonas), John O’Niles (TFG), Maurício Philipp (Mato Grosso)), coordenado por Luis Meneses com forte apoio de Natalie Unterstell e Ernesto Roessing. O modelo trata de temas importantes que os programas de REDD precisam desenvolver.

Alguns bancos de dados foram preenchidos por consultores (Luis Meneses para o Acre, Amapá e Pará; Kate Hyder para o Amazonas) em estreito diálogo com representantes do GCF em cada estado e, também, por técnicos do Governo como no caso do Mato Grosso (Elaine Corsini, Mauricio Phillip e Eliani Fachim com apoio de Ernesto Roessing) e foram revisados após a reunião de Santarém do GCF pelos membros.

O banco de dados deverá ser um documento vivo possibilitando que os membros do GCF atualizem as informações e adicionem novos elementos, de acordo com a evolução do respectivo programa de REDD. Uma plataforma para hospedar o banco de dados está sendo estudada pelo Secretariado; a partir das sugestões colhidas na reunião de Santarém.

Este documento visa apresentar uma análise geral através das bases de dados dos membros brasileiros do GCF e está estruturado como segue:

- I. **Perfil dos membros brasileiros do GCF** – caracterização dos cinco membros brasileiros com informações territoriais, econômicas, ambientais e populacionais gerais.
- II. **Serviços ambientais** – informação associada com o desmatamento e a degradação, assim como com a linha de base e correspondentes metas de redução de emissões.
- III. **Mecanismos de implantação de REDD** – informações relacionadas com o conceito dos programas de REDD e com as ações desenvolvidas que assegurem garantias sociais, bem como as políticas estruturais e institucionais ligadas às ações de REDD. Também descreve os projetos de REDD que estão sendo desenvolvidos dentro do território do estado.
- IV. **Financiamento para REDD** – informações disponíveis associadas aos custos do programa de REDD e às estratégias de financiamento.
- V. **Necessidades identificadas para melhoria dos programas de REDD** – esta seção sistematiza as necessidades identificadas pelos membros a fim de melhorar os seus programas de REDD. Durante o encontro de Santarém os membros brasileiros elegeram uma série de ações compreendidas como necessidades coletivas que poderiam ser abordadas pelo GCF nas ações de captação de fundos.

I. Perfil dos membros brasileiros do GCF

Os cinco membros brasileiros do GCF (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará) cobrem uma área de mais de 4.000.000 km², representando 47% do território brasileiro. A cobertura florestal original nesses estados representa 16% das florestas tropicais do mundo. Desde então, 1,9% destas florestas foram derrubadas dentro desses 5 estados.

O PIB dos 5 estados soma mais de 80,5 bilhões de dólares com uma renda média per capita de 5.916 dólares americanos (variando entre 3.400 e 8.575). Vive nesses estados uma população total de 14,9 milhões de pessoas, aproximadamente 23% encontram-se nas áreas rurais/florestais. A média do Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,772, variando de 0,751 a 0,796. Nesses cinco estados vivem 154 povos indígenas representados por uma população de 217.169 pessoas em uma área de 936 mil Km² (23% da área total).

Com relação à tipologia florestal, há uma enorme variedade de ecossistemas dentro do Bioma Amazônia e dentro dos territórios dos membros do GCF. Para efeitos de entendimento mais detalhado, é possível classificá-las em três tipos principais: floresta densa (florestas de terra firme); cerrado e florestas de transição. Há duas implicações para as tipologias: uma é que o cerrado possui uma lei de proteção ambiental diferente no Brasil quando comparado com a floresta amazônica, especialmente no que se relaciona com a área de floresta que pode ser derrubada (20% de uma propriedade na floresta e 65% no cerrado). A outra implicação é que, para alguns estados-membros do GCF, o cerrado é uma classe importante de floresta, como para o Amapá e Mato Grosso, por exemplo, onde ocorre o cerrado e o desmatamento neste bioma é significativo. Nos demais estados a tipologia de floresta de terra firme é predominante.

Como pode ser visto na tabela abaixo, 62% das florestas dos 5 membros brasileiros estão sob a condição legal de área protegida, ou seja, são áreas totalmente protegidas (uso restrito), florestas de conservação (uso sustentável por comunidades tradicionais e indígenas) e florestas de manejo sustentável (florestas de produção designadas para concessão ou particulares destinadas ao manejo florestal). Na Tabela 1 pode ser observado em “florestas sem proteção legal” que referem-se a propriedades privadas e outras terras públicas sem destinação legal. 49% das áreas com status definido de proteção legal pertencem ao Governo Federal e 13,4% estão sob jurisdição dos Estados. Considerando a parte dessas florestas que não está legalmente protegida, encontram-se aproximadamente 36% do território total dos cinco membros que variam de 13% no Pará a 58% no Mato Grosso.

Tabela 1 - Informações gerais sobre os membros brasileiros do GCF relacionadas à área e status das florestas (km²) e os números totais e percentagens em relação à área de território total.

	Acre	Amapá	Amazonas	Mato Grosso	Pará	Total	%
Área (km²):	164.221	143.453	1.570.746	903.357	1.247.689	4.029.466	100
Status das Florestas (%; km²):							
o Área de floresta original	164.221	130.829	1.467.502	522.650	1.210.258	3.495.460	87
o Florestas totalmente protegidas	16.159	53.323	151.926	33.336	166.813	421.557	10
o Federal	9.205	53.318	113.988	16.550	112.726	305.787	7,6
o Estadual	6.954	5,0	37.938	16.786	54.087	115.770	2,9
o Florestas conservadas	50.271	24.717	675.646	131.854	422.422	1.304.910	32
o Indígena	23.202	11.838	457.361	129.000	315.067	936.468	23
o Federal	27.043	4.817	78.142	1.522	38.199	149.723	4
o Estadual	26	8.062	140.143	1.332	69.156	218.719	5
o Florestas de manejo sustentável	15.448	27.814	9.805	19.680	711.351	784.098	19
o Federal	9.923	4.120	9.805	0	554.200	578.048	14
o Estadual	5.525	23.694	0	19.680	157.151	206.050	5
o Florestas fora de áreas protegidas	74.980	24.977	662.623	527.000	163.383	1.467.224	36
Desmatamento %	12,0	0,9	3,8	22,8	10,0	10,2	

II. Serviço Ambiental

1. Monitoramento da Dinâmica do Desmatamento

A Tabela 2 mostra os dados relacionados ao desmatamento e à degradação nos cinco estados-membros. Pode ser visto que o desmatamento é conhecido em quatro dos cinco estados (explicado no tópico 1.4). Uma média de 10,2% de área desmatada é encontrada dentro dos 5 estados membros, sendo o Amapá o estado com o menor percentual de área desmatada (0,9%) e Mato Grosso com o maior (22,8%).

Pode ser observada uma queda geral na taxa de desmatamento comparando o período 2000-2004 com o período 2005-2009, exceto para o estado do Amapá que aumentou em 170% a área desmatada. Em média, houve uma queda de 40% na taxa de desmatamento nos dois períodos mencionados, no qual o Acre teve uma redução de 57%, seguido por Mato Grosso com 43%, Amazonas com 35% e Pará com 24% de redução. Estes números revelam uma tendência de redução do desmatamento para o período. Este sucesso é atribuído à melhora na fiscalização e medidas de controle pelo Governo Federal e governos dos Estados, bem como aos mercados de commodities desaquecidos (especialmente carne e soja) que reduz a demanda por novas áreas desmatadas.

Tabela 2 - Status do monitoramento e dados acerca do desmatamento e da degradação (km²).

	Acre		Amapá		Amazonas		Mato Grosso		Pará	
1. Monitoramento da dinâmica do desmatamento										
1.1 O desmatamento é conhecido?	Sim		Parcialmente		Sim		Sim		Sim	
1.2 Área desmatada (km ²): (PRODES; Método estadual)	19.769	20.679	1.293	2.024	60.000		205.861		125.229	
1.3 Taxa média de desmatamento:										
1995-1999: (km ² /ano) (PRODES)	595		19		1.023		7.127		5.812	
2000-2004: (km ² /ano) (PRODES)	731		20		984		8.837		7.087	
2005-2009: (km ² /ano) (PRODES)	319		54		636		5.046		5.394	
2. Monitoramento da dinâmica da Degradação										
2.1 A degradação é conhecida?	Parcialmente		Parcialmente		Parcialmente		Parcialmente		Parcialmente	
2.2 Nível de degradação (km ² ; 2007 e 2008 DEGRAD)	123	121	50	63	180	65	8.951	12.988	3.899	8.264

Obs: Note que o Acre e Amapá têm diferentes métodos de monitoramento para as estimativas de desmatamento e os dados são mostrados na tabela.

Caracterização da dinâmica do desmatamento

Fatores como a especulação imobiliária, falta de zoneamento e destinação de terras públicas, a rentabilidade da pecuária e os créditos subsidiados têm incentivado o desmatamento na Amazônia. A maioria do desmatamento ocorre ao longo das estradas primárias e secundárias, bem como a partir de outras vias de acesso, como rios.

Acre - 70% da área desmatada é para a **criação de gado**. A conclusão da pavimentação da rodovia federal BR 317 em 2007 e a BR 364 (2011) consistem em causas importantes do desmatamento. Os agentes do desmatamento foram, historicamente, **médios e grandes proprietários de terra / agricultores**, embora nos últimos anos os **pequenos agricultores** tenham contribuído de forma significativa. Isto tem mudado a dinâmica do desmatamento, enquanto em 1998 o maior polígono desmatado foi de 1.886 ha, em 2009 foi de 133 ha. Em 2007, 80% dos polígonos desmatados eram abaixo de 5 ha, em 2008 ainda 67% dos polígonos se mantiveram abaixo de 5 ha.

Amapá - O desmatamento tem sido historicamente baixo e também difícil de ser estimado devido à presença de nuvens. Quase 90% do desmatamento ocorreu ao longo das estradas. Em 2005-2006, 33% dos polígonos de desmatamento foram de 0-10 ha, outros (32%) de 10-50 ha e 25% do desmatamento em polígonos maiores que 100 ha. 18% do desmatamento ocorreram em projetos de assentamento. Quase 40% do desmatamento ocorreram no Cerrado, possivelmente para a silvicultura (eucalipto), enquanto que em terra firme (onde estão os projetos de assentamento), o desmatamento é causado pela agricultura de subsistência.

Amazonas - Há um crescente aumento nas **atividades de agricultura (produção intensiva de grãos), criação de gado e ocupação ilegal de terras no sul do estado.**

Pará – As causas do desmatamento são a **pecuária, a agricultura de subsistência e comercial e a extração de madeira.** 60% das áreas desmatadas são de fazendas para pecuária, 30% dessas áreas desmatadas pertencem a pequenas famílias dedicadas à agricultura e à criação de gado, 4% estão associados à exploração madeireira e 3% à agricultura de alta produtividade e comercial.

Mato Grosso – O desmatamento está vinculado, principalmente, à pecuária e à agricultura de alta produtividade. A extração seletiva de madeira abre as áreas florestais que são depois submetidas à ocupação ilegal, geralmente utilizadas para a criação de gado. Além disso, a agricultura intensiva (especialmente a da soja) também contribui para o desmatamento, seja direta (conversão de Cerrado para plantações) ou indiretamente (terras utilizadas para a pecuária tornam-se plantações e pecuaristas desmatam novas áreas).

Metodologias de monitoramento e precisão

As estimativas oficiais de desmatamento no Brasil são feitas pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), utilizando duas metodologias: PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal que divulga dados do desmatamento anualmente) e DETER (Projeto para detectar áreas desmatadas em tempo real, sistema de alerta de apoio à aplicação da lei de combate ao desmatamento). PRODES é a fonte dos dados oficiais acerca das estimativas de desmatamento na Amazônia desde 1988. Tendo como propósito o monitoramento do avanço do desmatamento na Amazônia brasileira, o método analisa imagens analógicas em cores numa escala de 1:250.000, com uma área mínima de 6,25 ha mapeados. Esses dados permitem a criação de uma máscara para posterior análise de imagens, permitindo maior rapidez na geração de informações, diminuindo o tempo de geoprocessamento já que permite analisar apenas os incrementos no desmatamento.

Uma estimativa independente é feita pela ONG IMAZON, que utiliza metodologia própria, o SAD. A área de resolução mínima detectada é menor do que a do PRODES. Estas estimativas estão disponíveis para o Pará e Amazonas. O Acre tem melhorado a metodologia SAD através de sua Unidade Central de Geoprocessamento (UCEGEO), melhorando a escala e aumentando a área mínima de resolução mapeada para atender as demandas locais de controle e fiscalização do desmatamento. Portanto, os dados gerados pelo SAD e UCEGEO são estimativas com escala adequada para atender outras necessidades mais específicas do Estado com relação ao controle do desmatamento enquanto que as estimativas do INPE permitem acompanhar o avanço do desmatamento na Amazônia brasileira. O Amapá e Pará vem desenvolvendo sua própria metodologia para lidar com a situação do paralelo 4°, onde as nuvens dificultam as estimativas de desmatamento. O Mato Grosso executa o monitoramento da cobertura vegetal desde o ano de 1992, onde são quantificados os desmatamentos da área total do estado de Mato Grosso, podendo-se obter dados para os três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

2. Monitoramento da dinâmica da degradação florestal

Como pode ser observado na Tabela 2, a degradação é considerada parcialmente conhecida devido ao fato de que a metodologia do INPE (DEGRAD) ser recente, e sendo seu objetivo subsidiar a fiscalização, seus dados não são facilmente traduzidos em estimativas sistemáticas de degradação florestal que podem ser utilizadas pelos programas de REDD.

Caracterização da dinâmica da degradação

As causas da degradação na Amazônia são principalmente a extração madeireira (legal e ilegal) e os incêndios florestais. Estes incêndios associados ao desmatamento e limpeza da pastagem são agravados por secas extremas como as ocorridas em 2005 e 2010.

Metodologias de monitoramento utilizadas

A partir de 2007, o INPE tem estimado a degradação utilizando a metodologia DEGRAD, baseada em imagens LANDSAT e CBERS, avaliando três níveis de degradação: baixa, média e alta. É incerto como o DEGRAD pode ser utilizado para as estimativas de degradação dos programas de REDD. A ONG IMAZON tem utilizado a metodologia SAD para estimar a degradação florestal no Amazonas, Pará e Mato Grosso.

3. Quantificação dos Estoques de Carbono Florestal

A floresta amazônica possui entre 61 tC/ha (toneladas de carbono por hectare) a 198 tC/ha (Brown e Lugo 1992; Fearnside 1997; Houghton et al. 2000). O IPCC considera uma estimativa média de 155 tC/ha. Atualmente, vários Estados estão desenvolvendo estudos de quantificação de estoques carbono. O Acre apresentou uma média de 123 tC/ha (± 45) para o estoque de superfície; o Amapá vem utilizando um valor de 180 tC/ha (± 7), o Pará tem apenas dados de um dos projetos de REDD (Calha Norte) que revelou uma média de 163 tC/ha. No Mato Grosso, o projeto REDD de Cotriguaçu apresentou valor médio de 140 tC/ha enquanto outro projeto (SESC Pantanal), analisando as diferentes tipologias florestais, encontrou valores que variam de 49 a 194 tC/ha. Amazonas está finalizando estudos de carbono. A variação dos dados é esperada devido às diferentes tipologias florestais, sendo que os diferentes métodos utilizados indicam um grau significativo de incerteza.

Métodos de quantificação de carbono utilizados

Os estoques de carbono não são amplamente conhecidos nas florestas dos membros brasileiros do GCF. Embora haja estimativas gerais produzidas pelo IPCC e outras pesquisas na Amazônia, os Estados estão procurando outros métodos para aumentar a precisão dos números relativos aos estoques de carbono a serem utilizados nas estimativas dos programas de REDD.

Atualmente, o Amazonas está finalizando um estudo das estimativas de carbono para todo o estado. O Pará e Mato Grosso estão também esperando por estimativas de carbono oriundas de projetos de REDD e estudos em diferentes tipologias florestais. O Amapá tem desenvolvido um método muito preciso com base na coleta de dados alométricos das partes, acima e abaixo do solo, de cada árvore em áreas de 4.100 m². Os dados das quatro áreas foram extrapolados para as Florestas Estaduais do Estado e a média dos estoques de carbono está sendo usado para elaboração de um PDD para a Floresta Estadual módulo 4.

O Acre tem desenvolvido uma metodologia simples, baseada no mapeamento da vegetação e de amostras de terra, com um método tecnicamente mais exigente, baseado em sensoriamento remoto. Os estoques de biomassa aérea foram estimados mediante a aplicação de equação alométrica utilizando mensuração da biomassa aérea das árvores com DAP > 10 cm (diâmetro a altura do peito), determinada pela medição de 44 parcelas de inventário em todo o estado. As áreas foram localizadas em relação a cada uma das 18 tipologias florestais existentes no Estado e as estimativas de carbono extrapoladas para cada classe de floresta.

Os dois projetos REDD do Mato Grosso (Cotriguaçu e SESC Pantanal) utilizaram métodos de parcelas em diferentes tipologias florestais quantificação de biomassa com base em diâmetro e aplicação de protocolo padrão Rainfor (Cotriguaçu). O outro projeto desenvolveu equações alométricas a partir da extração de indivíduos de diferentes classes de diâmetro para determinação de carbono em tronco, galhos e raízes.

4. Definição de Linha de Base e metas de redução de emissões

Todos os membros que apresentaram uma linha de base as calcularam com base na metodologia do Fundo Amazônia e do Ministério do Meio Ambiente sendo a média histórica no período 1996-2005, esta média é a linha de base projetada para o próximo período de cinco anos (2006-2010), quando será reavaliada para o período anterior de 10 anos (2001-2010), então a média desse período será projetada como nova linha de base para o próximo período de cinco anos (2011-2015) e assim por diante. Os estados, especialmente em áreas de baixo desmatamento, como Amazonas e Amapá, bem como alguns projetos de REDD, estão propondo linhas de base projetadas, modelando cenários de alta e baixa pressão de desmatamento. O Pará, Amazonas e Mato Grosso estão esperando definir linhas de base para o programa de REDD através das lições aprendidas nos projetos de REDD dentro de suas fronteiras.

III. Mecanismos de Implantação de REDD

5. Políticas estruturais vigentes para a redução do desmatamento

As políticas destacadas aqui são consideradas estruturais e relevantes para o estabelecimento de programas de REDD bem sucedidos, conforme descrito abaixo. Estas políticas e outros estão descritos nos bancos de dados de cada um dos membros, sendo que neste item consta apenas um breve relato do status de cada política nos estados.

- **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento** - Estes planos foram exigidos pelo Ministério do Meio Ambiente como estratégias para deter o desmatamento nos estados da Amazônia Legal, bem como uma meta de redução do desmatamento. Todos os 5 membros possuem um Plano elaborado e em diferentes estágios de implementação.

- **Zoneamento Ecológico e Econômico** - O Zoneamento é uma política exigida pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 4297/2002, o qual constitui um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. O Zoneamento vem sendo elaborado pelos estados na Amazônia sendo que alguns estados como o Acre e Mato Grosso já concluíram o ZEE em escala 1:250.000, o restante dos membros vem desenvolvendo zoneamentos para regiões prioritárias em seus estados.

- **Lei de Mudança Climática** - Essas leis estabelecem o arcabouço jurídico para as políticas de Mudanças Climáticas relacionadas com vários sectores da economia, e determinam os mecanismos de participação da sociedade civil na regulamentação da política. Amazonas teve a primeira lei aprovada e em processo de regulamentação. Mato Grosso e Pará estão em processo de elaboração da lei junto aos respectivos Fóruns de Mudanças Globais. Amapá tem uma primeira minuta elaborada e planeja consultar a sociedade. O Acre não tem uma lei de mudanças climáticas mas elaborou uma para o Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais que contem as regras do programa de REDD do Estado.

- **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** – O CAR foi desenvolvido como um processo complementar ao Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais - SLAPR e tem por objetivo a regularização ambiental das propriedades, permitindo assim um maior controle sobre os desmatamentos e queimadas ilegais. Todos os membros tem desenvolvido ações de implementação do CAR, em diferentes estágios, associando ao sistema de licenciamento ambiental da propriedade rural, e constitui-se em um importante instrumento para os programas de REDD.

6. Conceito da Estratégia de REDD

Mato Grosso, Pará e Amazonas são os três membros que têm atualmente projetos de REDD implantados ou em elaboração e que são considerados importantes laboratórios para definição dos seus programas de REDD. Os três estados mencionados encontram-se em fase de elaboração de propostas do arcabouço jurídico para as ações de REDD. Estas propostas vem sendo desenvolvidas dentro de fóruns compostos por diversos setores representativos das esferas pública e privada e da sociedade civil organizada. O estado do Acre, por sua vez, desenvolveu uma estrutura institucional e arcabouço jurídico para o seu programa de REDD após ter elaborado os primeiros esboços de ações de REDD no Estado.

Outra característica importante é que os programas de REDD são considerados como parte dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) exigidos pelo Governo Federal. Esta correlação direta é mais forte para os estados do Acre e do Pará.

Características dos conceitos de REDD em cada um dos estados-membros

Acre está desenvolvendo um programa de REDD chamado Programa de Incentivos aos Serviços Ambientais relacionados ao Carbono (Programa ISA Carbono). O Programa está sendo projetado para abranger todo o território do estado em uma abordagem aninhada possibilitando subprogramas regionais e temáticos, bem como projetos especiais de REDD. Os subprogramas regionais estão relacionados às ações de REDD nas áreas mais ameaçadas pelo desmatamento e os subprogramas temáticos serão concebidos de modo a direcionar ações de REDD em territórios indígenas ou áreas protegidas. Os projetos especiais de REDD estão associados com as ações de REDD realizadas em áreas menores, como propriedades privadas ou área protegida ou categoria de terra, possibilitando desta forma a implementação de ações de REDD+ seja pela iniciativa pública ou privada, mas dentro de um programa estadual.

O conceito do **Amapá** para um programa de REDD é baseado em Áreas Estaduais Protegidas e, possivelmente, em territórios indígenas. A fase 1 de um Programa de REDD será desenvolvida em 950 mil hectares de floresta do Estado do Amapá módulo 4. A segunda fase do Programa de REDD pode englobar os outros 3 módulos de Florestas do Estado (totalizando 1,35 milhões ha) e RDS Iratapuru (806.000 ha). O

Governo do Estado está interessado e comprometido com o desenvolvimento de um programa de REDD dirigido ao povo Inhampi, em um primeiro momento.

As ações de REDD do **Amazonas** foram concentradas principalmente em projetos. Atualmente, o Governo está avaliando as necessidades atuais para a criação e implantação de um programa em larga escala, com foco na promoção de ações em terras particulares e, potencialmente, dentro de áreas indígenas.

O Estado de **Mato Grosso** tem trabalhado no âmbito do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas, mais especificamente no Grupo de Trabalho de REDD, um projeto de lei que deverá estabelecer a estrutura do Programa de REDD que será implementado em todo seu território, contemplando os ambientes de floresta e de cerrado, nos três biomas existentes no estado: Amazônia, Cerrado e Pantanal. O programa prevê um sistema de registro dos projetos e das emissões a serem evitadas, compatível com um possível sistema nacional.

O Estado do **Pará** considera a contribuição dos projetos-piloto de REDD no desenho de um programa estadual de REDD utilizando as lições aprendidas. O Governo considera de grande importância a coordenação com os municípios, especialmente com aqueles que se encontram embargados (hoje são 15 os municípios paraenses nessa condição; e 50 são os municípios com alto desmatamento no Brasil e, por isso, sob embargo desde 2008). Contudo, o Governo do Pará não pretende elaborar um programa restrito, desejando englobar qualquer tipo de projeto e estratégias regionais ou temáticas.

7. População-alvo e Reconhecimento de Direitos

Os grupos sociais beneficiários dos programas REDD

Cada membro está interessado em envolver todos os atores significativos, especialmente os grupos sociais menos favorecidos que dependem da floresta ou grupos que detêm a posse de florestas, como os potenciais beneficiários do programa. Esses grupos são as populações indígenas e comunidades tradicionais, que normalmente têm um papel histórico na conservação das florestas. E do outro lado, as famílias em projetos de assentamento e proprietários médios a grandes que são responsáveis pela maior parte do desmatamento na Amazônia. Os estados do Amazonas, Acre e Mato Grosso têm intenções em seus programas de REDD de envolver também médios e/ou grandes proprietários de terra como beneficiários das ações de REDD, além do setor florestal.

Quanto ao reconhecimento de direitos e o papel dos povos indígenas e das comunidades locais nas ações de REDD, o Amazonas e Acre reafirmaram seu compromisso de reconhecer os direitos e envolver grupos indígenas e comunidades tradicionais dependentes da floresta na concepção de mecanismos de REDD. O Acre é o único estado que tem realizado processos de consulta com os potenciais beneficiários a respeito da concepção e dos mecanismos a serem desenhados no seu programa de REDD.

8. Mecanismos de Participação e Transparência

Os mecanismos de participação têm sido baseados em fóruns multissetoriais formais, especialmente no Amazonas, Pará e Mato Grosso. Estes fóruns são o principal espaço de discussão de questões relacionadas com mudanças climáticas e são responsáveis pela concepção da marco jurídico, bem como por elaborar os conceitos e formato dos programas de REDD. No Acre, a participação ocorreu em encontros com as principais ONGs na fase de elaboração e através de um processo de consulta que mobilizou diferentes grupos (indígenas, extrativistas, assentados, organizações de base, instituições de ensino e pesquisa dentre outros) através da internet, reuniões, seminários de 3 dias, dependendo do grupo alvo. O Mato Grosso e Amazonas estão em processo de planejamento de diálogos setoriais para obter sugestões da sociedade sobre os projetos de lei dos programas de REDD.

Questões de transparência são geralmente focadas em e-mail e publicações em site na Internet de relatórios e documentos. Não há uma quantidade significativa de informações relacionadas aos programas de REDD na web, apenas para alguns projetos em fase de execução que há relativamente mais informações disponíveis na internet.

9. Mecanismos de Partilha de Benefícios

Apenas dois conceitos de repartição de benefícios foram projetados até agora. O Bolsa Floresta do Amazonas, que investe no desenvolvimento econômico desde que atividades não gerem desmate, no desenvolvimento social através da melhoria na educação e saúde e, apóia a organização comunitária. O Bolsa Floresta recompensa os habitantes pelo desenvolvimento sustentável e preservação da floresta

através de 1) pagamentos mensais diretos, 2) investimento em projetos de geração de renda que não gerem desmatamento, 3) investimento em programas sociais (educação, saúde, etc) e 4) apoio às organizações comunitárias.

O conceito do Acre de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA) é definido como o custo das ações e intervenções que resultam na manutenção e aumento dos serviços ambientais. O Programa ISA Carbono compreende que esta abordagem está essencialmente lidando com a redução da pobreza. Incentivos são projetados para aumentar a renda e a produtividade dos sistemas de produção agrícolas e florestais que, em conjunto com medidas de maior comando e controle, levarão a uma menor pressão sobre as florestas, assegurando assim a provisão continuada de serviços ambientais. O provedor de serviços ambientais receberá recursos que permitirão um uso do solo em bases mais sustentáveis.

10. Quadro Institucional e Arranjos para os Programas de REDD

A Tabela 4 tem a intenção de revelar o arranjo institucional para a gestão dos futuros programas de REDD em cada estado membro, considerando organizações e fóruns existentes e criados, envolvidos com a regulamentação, monitoramento, participação da sociedade civil e implantação do programa de REDD. As organizações e instâncias associadas à implantação do programa REDD podem não ser exclusivas do programa de REDD, apresentando atribuições mais amplas nas políticas do estado, no entanto podem desempenhar um papel fundamental nos futuros programas de REDD. As organizações e instâncias que podem desempenhar um potencial papel de implantação do programa REDD foram subdivididas em: áreas protegidas, florestas, agricultura e regularização fundiária. As organizações que estão totalmente funcionais são destacadas em negrito, enquanto a ausência do destaque indica que a organização ou fórum ou instância foi criado ou está sendo criado, mas não está em implantação. Para mais informações sobre as organizações, por favor, consulte o banco de dados dos membros.

Capacidade de Fiscalização e Controle do Estado/Província

Os membros não contribuíram com informações consistentes sobre a capacidade de aplicação da lei, nem com necessidades de melhoria. A próxima contribuição ao banco de dados tentará focar esta questão.

11. Administração da Regularização Fundiária/Florestal e Relação com REDD

Pouca informação foi avaliada com relação a políticas de regularização fundiária pois os membros não preencheram todas as informações em relação a este item. No entanto, todos os estados possuem agências responsáveis por ações de regularização fundiária nas terras de jurisdição dos estados. Espera-se que na próxima versão da base de dados seja possível aprofundar no entendimento dos programas de regularização fundiária, especialmente aqueles associados aos programas de REDD.

Tabela 4 - Quadro Institucional para as organizações/fóruns existentes (em negrito) e a serem criados relacionados com o papel (regulamentação, monitoramento, participação da sociedade civil e implantação) no programa de REDD.

Papel	Acre	Amapá	Amazonas	Mato Grosso	Pará
Regulamentação	SEMA Instituto de Regulamentação, Controle e Registro	SEMA	CECLIMA	Coordenadoria de Mudanças Climáticas SEMA	SEMA IDESP
Monitoramento	IMAC UCEGEO SEMA Instituto de Regulamentação, Controle e Registro	IMAP IEPA	IPAAM INPA	Coordenadoria de Geotecnologia SEMA	SEMA (GEOTEC) IDESP
Participação	Comissão de Validação e Controle Ouvidoria do Programa de REDD Comitê Científico	Fórum de Mudanças Climáticas do AP	Fórum de Mudanças Climáticas do AM	Fórum de Mudanças Climáticas do MT	Fórum de Mudanças Climáticas do PA
Implantação					
Áreas protegidas	SEMA	SEMA	CEUC SDS	Coordenadoria de Unidades de Conservação SEMA	SEMA
Floresta	SEF	IEF	SEAFE ADS SEPRO	Superintendência de Gestão Florestal SEMA	IDEFLOR
Agricultura	SEAP SEAPROF	RURAP SDR	IDAM	SEDER	SAGRI, EMATER ADEPARÁ
Regularização Fundiária	ITERACRE	IMAP	ITEAM	SEDER INTERMAT	ITERPA
Ações de REDD	Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais	IEF	FAS	Coordenadoria de Mudanças Climáticas SEMA	

12. Sistemas de Monitoramento, Informação e Verificação (MRV) de REDD

Atualmente, os processos mais importantes relacionados com Monitoramento, Informação e Verificação (MRV) entre os estados estão associados a: 1. Projetos de REDD, especialmente os que se encontram em fase de implantação, estão usando protocolos voluntários de carbono, tais como o VCS associado com os padrões CCBA; 2. Sistemas de registro de carbono tem sido o enfoque de vários estados (Acre, Amazonas e Amapá) interessados em abordagens aninhadas (*nested approach*) para REDD e acesso aos mercados de carbono.

O Programa de REDD do **Acre** atualmente é parte do teste de campo para os Padrões Sócio Ambientais de REDD+, iniciativa liderada pela Care e CCBA. O programa do Acre define certificados de carbono chamados C-REDD (uma tonelada equivalente de CO₂ reduzida) que será registrado e emitido pelo Instituto de Regulamentação, Controle e Registro. O sistema estadual de registro indica que o Governo Federal receberá informações sobre os registros realizados pelo Instituto. No momento está sendo elaborado um Termo de Acordo de Cooperação Técnica com a Markit Group Limited para assessoria no desenho do registro do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais. O sistema de registros visa o

registro, não só dos créditos de carbono, mas de todos os ativos ambientais que possam ser gerados pelo SISA.

O Governo do **Amapá** assinou um acordo com o Markit Group Limited que expressa o interesse em utilizar os serviços de Registro do Markit Group para os créditos de carbono originados pelo programa de REDD do Amapá.

O PPCAD do **Pará** (Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento) define a criação de um sistema de registro de carbono.

13. Projetos de REDD

Projetos de REDD são definidos como iniciativas e atividades de REDD realizadas dentro de uma área restrita de limites definidos (tais como áreas protegidas, área de município ou propriedade privada), proposto por atores privados (empresas e sociedade civil, por exemplo) e/ou governos (estadual / provincial, municipal, regional etc.).

Existem atualmente 11 projetos de REDD no âmbito dos membros brasileiros do GCF em diferentes estágios de desenvolvimento: 5 no Pará, 3 no Amazonas e 3 no Mato Grosso. Não existem projetos de REDD no Acre e Amapá. O Anexo 1 descreve cada um dos projetos de REDD.

14. Relação com o Governo Nacional

Quanto aos mecanismos e/ou fóruns que os Estados utilizam atualmente para negociar a integração e/ou harmonização das estratégias de REDD estaduais com as nacionais, observa-se que todos os membros consideram o Fórum dos Governadores da Amazônia como o mecanismo politicamente relevante para negociar com o governo federal com relação à política de REDD no âmbito nacional e internacional. O Fórum foi responsável pela criação da força-tarefa que embasou uma posição mais avançada do Brasil na UNFCCC em relação a participação subnacional nos regimes de REDD. A continuidade do Fórum é incerta devido a prováveis mudanças nos vários órgãos dos respectivos governos estaduais e no Governo Federal no ano 2011 em função das eleições de outubro de 2010.

Outros níveis de relacionamento político com o Governo Federal relacionados ao REDD são a participação no COFA (Comitê Executivo do Fundo Amazônico), grupos de trabalho criados pelo Governo Federal (MMA) para definir o Regime Nacional de REDD, a participação no CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e debates no Congresso sobre a Lei de REDD+.

IV. Financiamento para REDD

Estratégias de Financiamento para Programas de REDD

O desenvolvimento dos conceitos dos programas de REDD estão sendo realizados com recursos públicos, bem como com apoio de fundações e ONGs, especialmente no caso dos projetos de REDD. Os membros não calcularam com precisão os custos para o desenvolvimento de seus programas de REDD, nem têm, ainda, valores associados ao custo do programa de REDD. Todos os membros estão atualmente em busca de recursos junto ao Fundo Amazônia, que constitui-se em contribuição voluntária do governo da Noruega administrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES), para implantar etapas preliminares e preparatórias para REDD (*REDDiness*). Os estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Acre tiveram propostas aprovadas recentemente e os recursos deverão ser repassados a partir de novembro de 2010. O estado do Pará está em fase de elaboração de uma segunda proposta a ser apresentada ao Fundo Amazônia de maneira a complementar as ações já financiadas pelo Fundo.

Além disso, os membros mencionaram que estão abertos a buscar outras fontes de financiamento, tais como doações, financiamento público e mercados de carbono.

V. Necessidades Identificadas para Melhoria dos programas de REDD

Durante o desenvolvimento do banco de dados, foi perguntado aos entrevistados o que eles consideram como necessidades e carências, a fim de melhorar os programas de REDD em cada um dos elementos analisados acima. Como pode ser visto abaixo, as necessidades identificadas exigem uma reflexão mais profunda que o curto tempo para o preenchimento do banco de dados não permitiu.

As necessidades foram agrupadas em **Necessidades Estruturais** associadas aos investimentos necessários em infra-estrutura e de pessoal e em **Necessidades Metodológicas** associadas aos estudos necessários e melhorias metodológicas exigidas pelo programa de REDD.

Durante a reunião de Santarém do GCF, os membros brasileiros realizaram um reflexão conjunta sobre as necessidades que são comuns a eles. Espera-se que o Secretariado do GCF possa conduzir os esforços de captação de recursos para o atendimento destas necessidades coletivas.

1. Monitoramento do Desmatamento

NECESSIDADES ESTRUTURAIIS –

Amapá – estruturar uma unidade de geoprocessamento na SEMA

Amazonas – estruturar uma unidade de geoprocessamento para aplicação da lei.

Mato Grosso – aumento do número de técnicos para monitoramento do desmatamento.

Pará – estruturar o setor de geoprocessamento da SEMA-PA (GEOTEC) para lidar com as necessidades futuras de um programa de REDD.

NECESSIDADES METODOLÓGICAS–

Acre – validação de sua metodologia de monitoramento do desmatamento

Amapá – Avaliação das causas e da dinâmica do desmatamento

- Melhorias tecnológicas para monitorar e estimar o desmatamento (lidar com a cobertura de nuvens)

- Capacitação para o pessoal da SEMA no monitoramento e estimativas do desmatamento

Amazonas - Apoio ao desenvolvimento de metodologias para lidar com cobertura de nuvens

Mato Grosso - aumentar a freqüência de monitoramento do desmatamento em períodos inferiores a um ano.

2. Monitoramento da Degradação

NECESSIDADES ESTRUTURAIIS

Acre – aumento de quadro técnico para especialização em monitoramento da degradação

Amapá – estruturar unidade de geoprocessamento na SEMA

Amazonas – estruturar unidade de geoprocessamento (capacidade de processamento)

- Mais detalhes nas imagens CBERS? (INPE iniciou isso em 2008, com câmera de alta resolução CBERS, que possui uma resolução de 2.7 metros por uma faixa de 27 km)

Pará - Estruturar a GEOTEC (SEMA-PA) para desenvolver monitoramento e estimativas de degradação

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre - capacitação em metodologias de monitoramento de degradação usando LIDAR

Amapá – Avaliação das causas e da dinâmica da degradação

- Melhorias tecnológicas para monitorar e estimar o desmatamento

Mato Grosso – necessidade de melhor compreensão de como o processo de degradação ocorre no estado. Também a falta de séries de dados históricos contribui para a falta de entendimento de como o processo ocorre.

Pará – desenvolvimento de protocolo de monitoramento da degradação

3. Quantificação de Carbono Florestal

NECESSIDADES ESTRUTURAIIS

Acre – Aumento do seu quadro técnico para especialização em quantificação de carbono

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre –capacitação de técnicos da UCEGEO para implantar o monitoramento e realizar estimativas de estoque de carbono

Amapá- Melhorar a metodologia de quantificação de carbono para todo o estado

Mato Grosso – Realizar estudos sistemáticos a fim de determinar o estoque de carbono

4. Definição de linha de base

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre - contratou a Fundação Getulio Vargas para refinamento da linha de base e da metas de redução de emissões

Amapá – suporte técnico para desenvolver linha de base projetada

Amazonas - Desenvolvimento de uma linha de base estadual para as emissões e metas de redução do estado que discutem especificamente carbono oriundo de fontes florestais (REDD-específico) e não-

florestais (*a necessidade não está muito clara – nota do editor*) e melhorias contínuas ao modelo inicial, com o passar do tempo.

6. Desenvolvimento geral do Programa de REDD

A fim de ajudar os membros a desenvolver seus próprios programas de REDD, o GCF poderia fornecer um conjunto de especialistas em diferentes áreas tais como contabilização de carbono, definição da linha de base, garantias e economia para ajudar os membros a desenvolver roteiros para programas de REDD e identificar melhor as necessidades e questões que são determinantes aos programas de REDD.

7. Melhoria no Reconhecimento de Direitos

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre – análise das normativas existentes para reconhecimento de direitos e propriedade do carbono

Amazonas –

- Estabelecer uma estrutura legal e processual para a integração das terras indígenas no amplo programa de REDD do estado.
- Estabelecer uma metodologia de monitoramento e avaliação para o Bolsa Floresta de acordo com os padrões de REDD

Mato Grosso- definição legal acerca da propriedade e dos direitos sobre o carbono relacionado aos Territórios Indígenas, assentamentos rurais e terras de quilombo.

8. Mecanismos de transparência e participação

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre - Fortalecimento da Comissão de Acompanhamento no âmbito do SISA, no que se refere a capacitação sobre o tema para poder assumir suas funções (aprovar regulamentos e subprogramas) com propriedade.

- Uma página web para publicação das ações do sistema e do programa carbono.

Amazonas

- Mapeamento das iniciativas de REDD implementadas por várias organizações no Amazonas.
- Articulação com a mídia local para aumento da visibilidade
- Referências explícitas em relação às populações indígenas e seus direitos em qualquer documento relacionado ao REDD

Mato Grosso – Metodologias para desenvolvimento de processos de consulta e diálogo setorial

- Desenvolvimento de novo site da SEMA, em andamento, a fim de que possam ser disponibilizadas informações e relatórios do Fórum e seus Grupos de Trabalho.

9. Mecanismos de partilha de benefícios

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre – análise dos parâmetros a serem seguidos para determinar partilha de benefícios considerando as especificidades do estado e de sua diversidade de atores.

Amazonas –

- Estrutura legal para expandir os programas de ações de REDD para fora das unidades de conservação e, potencialmente, em territórios indígenas
- Desenvolver orientações através de um processo de consulta para as atividades de partilha de benefícios

Mato Grosso –

Estudos de avaliação que subsidiem um sistema justo de partilha de benefícios de REDD contemplando todos os diferentes atores na sociedade.

10. Melhoria na Capacidade de Organizações de Programas REDD

NECESSIDADES ESTRUTURAIS

Acre – Uma vez aprovada a Lei do SISA, criar a Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais e o Instituto cada uma com suas normas e regulamentos e com funcionários capacitados em metodologias e padrões de registro, certificação, desenvolvimento de projetos, cada uma com uma estratégia de comunicação e de marketing, e definição de instrumentos financeiros e não financeiros.

Amapá – Funcionários permanentes engajados em órgãos estaduais (com relação ao REDD)

Amazonas - Mais dinheiro e recursos para monitoramento e atividades de fiscalização em campo

Pará – apoio adicional em termos de financiamento, de pessoal e capacitação para as agências estatais relacionadas ao REDD

- Fortalecimento dos municípios para colaborarem com a SEMA em ações de REDD.

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre - definição de metodologias de elaboração de projetos, credenciamento de certificadoras de projetos

Amazonas –

- Avaliação organizacional para explicitar a definição de e a divisão de responsabilidades entre as organizações, bem como avaliação acerca da necessidade de uma organização separada para administrar o registro de carbono do Estado.

- Coordenação e integração desta tarefa entre os departamentos governamentais e não-governamentais em todos os níveis de organização e competência

Mato Grosso – Após a definição da estrutura do programa REDD, haverá uma grande necessidade de capacitação para as atuais instituições do estado, assim como para as que serão criadas, de maneira que haverá necessidade de aumento de servidores e provavelmente, consultorias externas em aspectos técnicos e legais nos estágios iniciais de implementação do programa.

11.Regulamentação da Regularização Fundiária

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre - Já tem metodologia e está sendo implementada, no entanto, ainda falta aumentar a capacidade de atendimento para incluir mais propriedades no cadastro e licenciamento do IMAC.

Mato Grosso – Realização de levantamento de campo para identificação dos responsáveis pela posse da terra, para posterior processo de regularização fundiária das propriedades rurais.

12. Sistemas de MRV em Programas de REDD

NECESSIDADES ESTRUTURAIIS

Amazonas - Estabelecimento de capacitação (pessoal e recursos) dentro da estrutura governamental para completar o processo de MRV

- Mais capacidade em campo para fiscalização

Mato Grosso – Fortalecimento Institucional para a implantação de sistemas de monitoramento robustos para conformidade de programas de REDD

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre – necessidade de verificação de metodologias para certificação das reduções de emissões como VCS.

Amazonas -

- Desenvolvimento de estratégia e capacidade própria para verificação e certificação, bem como as responsabilidades dentro da infra-estrutura governamental

- Estabelecimento de um sistema de registro de carbono.

Mato Grosso – Capacitação para a implantação de sistemas robustos de monitoramento para conformidade de programas de REDD

- Mapeamento da biomassa florestal mais preciso que os atualmente disponíveis sendo necessário a realização de inventários.

15. Financiamento para REDD

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amazonas - Análise de custos, estudos de viabilidade econômica e estratégias de financiamento

Mato Grosso – Uma estimativa dos custos de implementação do programa de REDD deverá ser realizada durante o processo de discussão do programa ou após, a fim de permitir que o estado possa planejar adequadamente os recursos e buscar fontes de financiamento para sua implementação.

Necessidades coletivas identificadas pelos membros

Durante a reunião de Santarém os membros brasileiros se reuniram e revisaram as necessidades e fizeram um exercício de priorizar ações de caráter metodológico que pudessem beneficiar todos ou a maioria dos membros. As 8 necessidades priorizadas estão descritas abaixo e espera-se que possam ser objeto de ações de captação de recursos pelo Secretariado. A viabilização destas ações tem um caráter fundamental de dar finalidade ao Fundo GCF (pensado pela Tarefa 2) melhorando assim a qualidade dos

programas de REDD dos seus membros e de potencializar a valorização do GCF por parte de seus membros .

1. Busca de parcerias para melhoria na metodologia de monitoramento do desmatamento em áreas com cobertura de nuvens (casos do Amapá, Pará, Amazonas)
2. Desenvolvimento de protocolo de monitoramento de degradação florestal com fins de programas REDD
3. Desenvolvimento de análises, recomendações e capacitação em quantificação de estoques de em nível estadual segundo os parâmetros IPCC Tier 2.
4. Discussão e definição dos métodos de linha de base no Brasil
5. Grupo de alto nível técnico para apoio aos membros GCF no desenvolvimento dos seus programas de REDD, especialmente em temas relacionados a contabilidade de carbono, linhas de base e salvaguardas
6. Levantamento de sistemas de Registro de Carbono e da possibilidade de constituição de um sistema de registro comum para os membros brasileiros.
7. Análises econômicas para apoio aos programas estaduais de REDD quanto a custo-benefício dos programas de REDD considerando as realidades dos membros e estratégias de marketing internacional
8. Análise dos marcos legais para inclusão de áreas federais dentro dos programas estaduais de REDD em relação a territórios Indígenas, comunidades tradicionais, projetos de assentamento e unidades de conservação estaduais.

Anexo – Projetos de REDD no Amazonas, Mato Grosso e Pará

PROJETOS de REDD do AMAZONAS:	RDS JUMA	RDS Mosaico do Apuí	RDS Madeira
Nome do Projeto:			
Projetos de REDD no Estado / Província			
Localização:	Novo Aripuana, Sul do Amazonas	Municípios de Apuí e Novo Aripuanã, no sul do Amazonas	Municípios de Manicoré, Borba e Novo Aripuanã, no sul do Amazonas
Ano de início	2008	Provisoriamente 2011	Provisoriamente 2011
Situação do projeto (planejamento ou em andamento):	Em andamento	Planejamento	Planejamento
Área (km²) de área de REDD:	5.896	24.672	2.831
Status especial pré-existente da terra	Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável desde 2006	Um mosaico de áreas protegidas estaduais e federais	Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável
Número de pessoas que vivem em áreas de REDD:	339 famílias	7.500 famílias	480 famílias
Organizações (governamentais ou não) operando o projeto	FAS (Fundação Amazonas Sustentável, uma entidade semi-estatal) e SDS (Secretaria de Meio Ambiente), com apoio técnico do IDESAM (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas)	Provisoriamente envolvidos estão a FAS, SDS, IDESAM (Instituto para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas), IIEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), e WWFBrasil	Provisoriamente envolvidos estão a FAS, SDS, IDESAM, e WWFBrasil
Fonte (s) de financiamento:	Os primeiros 4 anos iniciais de financiamento provido pela Marriot, outras fontes de recursos serão encontrados no próximo ano	Desconhecido	Desconhecido
Proposta de duração do programa (anos):	50	Desconhecido	Desconhecido
Estimativa das emissões evitadas (CO2 toneladas):	189700000	Desconhecido	Desconhecido
Método de Linha de Base	Projetada	Desconhecido	Desconhecido
Protocolo de MRV:	Monitoramento normal como parte da unidade de conservação da Amazônia, com esforços adicionais em campo e certificação baseada em padrões CCB. VCS a caminho	Desconhecido	Desconhecido
Outros	Parte do programa Bolsa Floresta		

PROJETOS DE REDD NO MATO GROSSO Project Name:	Projeto Piloto de REDD+ Cotriguaçu	Projeto de Carbono Suruí	Projeto Xingu
Projetos de REDD no Estado / Província			
Localização:	Município de Cotriguaçu, região Noroeste	Território Indígena 7 de Setembro, Rondolândia (MT) e municípios Cacoal (RO), Espigão d'Oeste (RO)	Municípios do entorno do Parque Indígena do Xingu
Ano de início	Elaboração começou em 2008, nenhuma estimativa para o início da execução	Não avaliado	A ser determinado
Situação do projeto (planejamento ou em andamento):	Planejamento	Planejamento	Planejamento
Área (km²) de área de REDD:	9.400	2.800	A ser determinado
Status especial pré-existente da terra	55% em propriedades privadas e 50% se já estiverem cadastrados no banco de dados da SEMA, 18% Territórios Indígenas; 14% de áreas protegidas; 13% pequenos projetos de assentamento;	Territórios Indígenas	A ser determinado
Número de pessoas que vivem em áreas de REDD:	14.965 (estimativa para 2009)	1.350	A ser determinado
Organizações (governamentais ou não) operando o projeto	SEMA/MT, TNC, Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, ICV e ONFI (agência francesa de cooperação para as florestas)	Associação Metareilá (organização indígena), IDESAM ONG Kanindé ONG ACT-Brasil ONG Forest Trends e FUNBIO	ONG ISA
Fonte (s) de financiamento:	Governo, TNC, ONFI e ICV com recursos do CLUA e da ClimateWorks	Recursos próprios das organizações e Forest Trends	
Proposta de duração do programa (anos):	30 anos	Não Avaliado	
Estimativa das emissões evitadas (CO2 toneladas):	26 milhões tCO ₂ entre 2006 e 2020	A ser determinado	
Método de Linha de Base	Histórico (metodologia do Fundo Amazônico com base em 100 ton C/ha	projetado	
Protocolo de MRV:	TBD	Padrões CCB e VCS	

PROJETOS DE REDD NO PARÁ Project Name:	Calha Norte	São Félix do Xingu	REDD Tembé	Desmatamento evitado em pequenas propriedades familiares na estrada Transamazônica	REDD Ecomapuá
Localização:	Norte do Estado do Pará, Região Calha Norte, em 3 Florestas Estaduais: Paru, Trombetas e Faro	São Félix do Xingu, município e arredores	Terra Indígena Alto Rio Guamá	Municípios de Pacajá, Anapú e Senador José Porfírio	Município de Breves, Ilha do Marajó
Ano de início	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	2009	Não avaliado
Situação do projeto (planejamento ou em andamento):	Planejamento (estudos iniciais: estimativas de carbono e modelos de cenários para definição de linha de base)	Planejamento (estudos iniciais: estimativas de carbono)	Acordos iniciais entre C-Trade e Associação Indígena	Fase inicial de implantação	Planejamento
Área (km ²) abrangida:	74.000	200.000	690	317	941,71
Status especial pré-existente da terra	Áreas Estaduais Protegidas designadas para concessões madeireiras	Áreas de Conservação nacionais/estaduais; territórios indígenas; Terras Privadas e Projetos de Assentamento	Territórios indígenas	Projetos de Assentamento	Área privada
Número de pessoas que vivem em áreas de REDD:	A ser determinado	A ser determinado	700 famílias	350 famílias	450 famílias
Organizações (governamentais ou não) operando o projeto	ONG IMAZON (elaboração de estudos de carbono e modelagem), <i>Conservation International</i> (apoio à elaboração de estudos iniciais), SEMA-PA (coordenação e supervisão)	TNC (proponente e orientação técnica); Governo Municipal; SEMA-PA	C-Trade (empresa responsável por investir na elaboração de projetos) e associação do Povo Tembé	ONG IPAM, Fundação, Viver, Produzir e Preservar (FVPP - associação local); FUNBIO Fundo Público Privado; Ministério do Planejamento	Empresa privada Ecomapuá é proponente; Winrock International (estudo de viabilidade econômica); Georgia University (contabilização de carbono) e Instituto Amazônia Sustentável (avaliação social).
Fonte(s) de financiamento:	<i>Conservation International</i>	TNC, financiamento público e privado	De fonte privada C-Trade	Recursos do Fundo e Fundação Amazônia	Fontes privadas
Proposta de duração do programa (anos):	A ser determinado	A ser determinado	15 anos	Not assessed	20 anos
Estimativa das emissões evitadas (CO ₂ toneladas):	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	1.76 em 5 anos	6 milhões

Método de Linha de Base	Modelagem de Cenários está trabalhando com quatro cenários: baixo desmatamento, conservação, alta pressão e média de alta e baixa pressão (mais provável que aconteça na região).	A ser determinado	A ser determinado	histórico 1998-2008	Em processo de definição
Protocolo de MRV:	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	VCS